

Alubar Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Alubar Energia S.A.

Fortaleza - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alubar Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alubar Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Pedro Barroso Silva Júnior
Contador CRC CE-021967/O

Alubar Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.389	8.458	23.389	8.479	Fornecedores	16	1.633	288	1.633	288
Contas a receber de clientes	9	3.364	9.313	3.364	9.313	Empréstimos e financiamentos	17	148	116	148	116
Adiantamento a fornecedores		3.639	41	3.639	41	Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	18	1.716	1.200	1.716	1.200
Dividendos a receber	10	-	155	-	155	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	1.321	143	1.321	143
Pagamentos antecipados		490	372	490	372	Parcelamentos tributários	19	1.329	474	1.329	474
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	1.219	1.428	1.219	1.428	Dividendos a pagar	12a	-	1.814	-	1.814
Impostos a recuperar	11b	301	762	301	765	Adiantamento de clientes	21	12.168	348	12.168	348
Total do ativo circulante		32.402	20.529	32.402	20.553	Outras provisões		48	3	48	81
						Total do passivo circulante		18.363	4.386	18.363	4.464
Aplicações Financeiras		24	14	24	14	Empréstimos e financiamentos	17	62	241	62	241
Pagamentos antecipados		167	1	167	1	Parcelamentos tributários	19	4.701	1.755	4.701	1.755
Realizável a longo prazo		191	15	191	15	Total do passivo não circulante		4.763	1.996	4.763	1.996
Investimentos	13	-	11.244	-	11.227	Patrimônio líquido	22				
Imobilizado	14	1.059	949	1.059	949	Capital social		6.954	6.954	6.954	6.954
Intangível	15	39	82	39	82	Reserva de lucros		3.611	19.483	3.611	19.483
Total do ativo não circulante		1.289	12.290	1.289	12.273	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		10.565	26.437	10.565	26.437
						Participação de não controladores		-	-	-	(71)
Total do ativo		33.691	32.819	33.691	32.826	Total do patrimônio líquido		10.565	26.437	10.565	26.366
						Total do passivo e do patrimônio líquido		33.691	32.819	33.691	32.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Alubar Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	23	19.745	38.605	19.745	38.605
Custo dos serviços prestados	24	<u>(17.000)</u>	<u>(30.849)</u>	<u>(17.000)</u>	<u>(30.849)</u>
Lucro bruto		<u>2.745</u>	<u>7.756</u>	<u>2.745</u>	<u>7.756</u>
Despesas de vendas	25	(1.131)	(957)	(1.131)	(957)
Despesas administrativas	26	(9.398)	(6.083)	(9.398)	(6.087)
Despesas tributárias		(832)	(18)	(832)	(18)
Outras despesas		(20)	-	(20)	-
Outras receitas	13b	<u>34.539</u>	<u>23</u>	<u>34.539</u>	<u>23</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>25.903</u>	<u>721</u>	<u>25.903</u>	<u>717</u>
Receitas financeiras	27	944	330	944	330
Despesas financeiras	27	<u>(448)</u>	<u>(166)</u>	<u>(448)</u>	<u>(167)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>496</u>	<u>164</u>	<u>496</u>	<u>163</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13	<u>(153)</u>	<u>647</u>	<u>(153)</u>	<u>651</u>
Resultado antes dos impostos		<u>26.246</u>	<u>1.532</u>	<u>26.246</u>	<u>1.531</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>(8.691)</u>	<u>(208)</u>	<u>(8.691)</u>	<u>(208)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>17.555</u>	<u>1.324</u>	<u>17.555</u>	<u>1.323</u>
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		17.555	1.324	17.555	1.324
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Alubar Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	17.555	1.324	17.555	1.323
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente antes da participação de não controladores	17.555	1.324	17.555	1.323
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	17.555	1.324	17.555	1.324
Acionistas não controladores	-	-	-	(1)
Resultado abrangente total	17.555	1.324	17.555	1.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Alubar Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.954	1.084	22.840	-	30.878	(70)	30.808
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.324	1.324	(1)	1.323
Reserva legal	-	67	-	(67)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(314)	(314)	-	(314)
Dividendos adicionais propostos	22	-	(5.451)	-	(5.451)	-	(5.451)
Retenção de lucros	-	-	943	(943)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.954	1.151	18.332	-	26.437	(71)	26.366
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.555	17.555	-	17.555
Reserva legal	-	240	-	(240)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	22	-	(18.332)	-	(18.332)	-	(18.332)
Antecipação de lucros e dividendos	22	-	-	(15.095)	(15.095)	-	(15.095)
Baixas de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	71	71
Retenção de lucros	-	-	2.220	(2.220)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.954	1.391	2.220	-	10.565	-	10.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Alubar Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.555	1.324	17.555	1.323
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	205	203	205	203
Receita de juros, líquida	496	164	496	164
Resultado de equivalência patrimonial	153	(647)	153	(651)
Ganho na alienação de investimento	(34.539)	-	(34.539)	-
Imposto de renda e contribuição social	8.691	208	8.691	208
Variações em:				
Contas a receber de clientes	5.949	2.751	5.949	2.751
Adiantamento a fornecedores	(3.607)	(25)	(3.607)	(25)
Pagamentos antecipados	284	(101)	284	(101)
Impostos a recuperar	670	536	670	536
Outras contas a receber	(2.712)	-	(2.712)	-
Fornecedores	1.345	(566)	1.345	(566)
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	(516)	(101)	(516)	(101)
Adiantamento de clientes	11.820	(2.405)	11.820	(2.405)
Parcelamentos tributários	3.801	(475)	3.801	(475)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	9.595	866	9.595	861
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.542)	-	(4.542)	-
Juros pagos	(233)	(23)	(233)	(24)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.820	843	4.820	837
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recursos provenientes da alienação de investimentos	45.772	-	45.772	-
Aquisição de imobilizado	(272)	(5)	(272)	(5)
Recebimentos de empréstimos realizados à partes relacionadas	-	5.814	-	5.814
Dividendos recebidos de investidas	-	493	-	493
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	45.500	6.302	45.500	6.302
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos tomados	(147)	(39)	(147)	(39)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Pagamentos de dividendos	(35.242)	(4.764)	(35.242)	(4.764)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	(35.389)	(4.803)	(35.389)	(4.803)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	14.931	2.342	14.931	2.336
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.458	6.116	8.458	6.143
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	23.389	8.458	23.389	8.479
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.931	2.342	14.931	2.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Alubar Energia S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Rodovia PA 481, s/n, Km 2,3, Complexo Portuário, no município de Barcarena, estado do Pará, Brasil, CEP: 68.445-000, com unidades operacionais nos estados do Ceará e do Rio Grande do Sul. Foi constituída em setembro de 2005, tendo por objetivo a exploração, a construção, a implantação, a operação, a manutenção preventiva e corretiva e a montagem dos sistemas de linhas de transmissão e/ou de transporte e distribuição de rede de energia elétrica, distribuição e geração de energia convencional, eólica, solar, biodiesel e demais, além de investimentos em outras empresas.

A Companhia detinha investimentos nas seguintes empresas, que também atuam no segmento de energia:

		Percentual de participação	
	Investimento	2021	2020
Eólica Mangue Seco I	Controlada em conjunto	0%	51%
Alubar Embuaca Energia Eólica S.A.	Controlada	0%	75%

1.1 Controlada

Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. (“Embuaca”)

A Alubar Embuaca Geradora de Energia Eólica S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de março de 2008. Possui sede na avenida Santos Dumont, nº 2088, sala 507, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. A Embuaca tem por objeto social a implantação da central geradora de energia eólica e do respectivo sistema de transmissão de interesse restrito, bem como a produção e a comercialização da energia gerada. A Embuaca ainda não entrou em atividade e a definição sobre essa questão depende da finalização de estudos técnicos de viabilidade.

A controlada Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. entrou em processo de liquidação em 27 de agosto de 2021 e teve sua extinção e baixa concluída nos órgãos competentes em 9 de novembro de 2021. Ver mais informações na nota explicativa Nº. 13.

1.2 Controlada em conjunto

Eólica Mangue Seco I

A Eólica Mangue Seco I - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010, com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco I, na cidade de Guamaré, estado do Rio Grande do Norte. As operações da Eólica Mangue Seco I iniciaram-se em setembro de 2011. A Companhia é controlada em conjunto com o acionista Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, que detém 49% de participação.

Por decisão dos acionistas da Companhia, em 18 de fevereiro de 2021 foi iniciado o processo de venda da participação na investida Eólica Mangue Seco I. A venda foi finalizada em 09 de abril de 2021, através do documento “termo de fechamento e outras avenças”. Ver mais informações na nota explicativa N°. 13.

1.3 Impactos relacionados a Covid-19

A propagação da Covid-19, tem afetado os negócios e atividades econômicas de forma global. Desde março de 2020, as autoridades governamentais impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia.

As atividades da Companhia são consideradas como essenciais nos estados que opera, portanto, nesse período a Companhia continuou com suas operações.

A Companhia vem acompanhando os desdobramentos desse surto no país e no mundo, tomando decisões importantes e tem como prioridade preservar a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos, bem como, manter a produção e entrega dos compromissos contratuais assumidos com clientes.

A Companhia possui condições financeiras para enfrentamento da crise instaurada e vem tomando diversas medidas para mitigar os impactos econômicos e financeiros ao seu capital. A Companhia vem tomando as seguintes ações desde o início da pandemia:

- Adoção do trabalho *home office* e comunicações remotas para os colaboradores dos setores administrativos;
- Disponibilização de máscaras e álcool em gel nas dependências dos escritórios administrativos, obras e canteiros de obras;
- Campanhas internas de conscientização para uso dos equipamentos de proteção;
- Campanhas internas para incentivar a vacinação;
- Priorizar as reuniões por vídeo chamadas, e quando existe a necessidade de reuniões presenciais as salas permanecem com as janelas e ou portas abertas;
- Rigorosa higienização dos ambientes de trabalhos, reorganização dos espaços e delimitação de distância entre as pessoas;
- Redução de viagens, para evitar a exposição dos colaboradores nos tráfegos dos aeroportos e rodoviárias;
- Testagem em massa e acompanhamento rigoroso da saúde dos colaboradores dos canteiros de obra, buscando atender todas as diretrizes repassadas pelas autoridades de saúde pública do país e do mundo.

A Companhia continua acompanhado com máxima atenção todos os desdobramentos gerados a partir das variantes do vírus Sars-CoV-2, em especial a variante Ômicron, que se alastrou rapidamente pelo país no ano de 2021. Felizmente e devido a todas as precauções adotadas, até o momento, não se constatou impactos econômicos e financeiros relevantes à operação da Companhia.

1.4 Concentração de clientes

A Companhia concentrou suas receitas e contas a receber nos projetos abaixo relacionados nos últimos dois exercícios:

	2021			2020		
	Contas a receber (Nota 9)	Receita (Nota 23)	Análise vertical %	Contas a receber (Nota 9)	Receita (Nota 23)	Análise vertical %
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	586	14.957	72%	-	-	-
Perfurações U.F.V Sol do Sertão-Seta Eng	367	1.525	7%	-	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	1.432	1.432	7%	-	-	-
Eólica Caetitê – LT Caetitê Fase II_Igaporã III	-	1.311	6%	-	-	-
Serrote Geração de Energia Elétrica – LT Serrote-Pecem	-	511	3%	3.343	33.725	84%
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	446	446	2%	-	-	-
Lt 345 Kv Porto Acu/Campos GNA Prumo	-	246	1%	4.534	1.690	4%
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	193	193	1%	-	-	-
Perfurações U.F.V Delmiro Golveia-Araxá	-	169	1%	116	116	0,50%
Perfurações U.F.V Paulistana	-	52	0%	78	78	0,50%
Perfurações Rio dos Ventos – Cortez Eng	-	11	0%	-	-	-
Grid Solutions - LT 500 Kv - UTE Sergipe	194	-	0%	1.061	1.652	4%
Perfurações U.F.V Eco Amontada	-	-	0%	-	129	1%
U.F.V Ribeirão – Aruanã Energia	146	-35	0%	181	2.578	6%
Total	3.364	20.818	100%	9.313	39.968	100%

A Companhia possui contratos vigentes com obras em andamento nos seguintes projetos:

- *Implantação de uma usina fotovoltaica de minigeração distribuída, com capacidade de 2,52 MWp, U.F.V Ribeirão, localizada no município de Ribeirão-PE, Cliente Aruanã Energia S.A.*
- *Implantação da Linha de Transmissão 500kV SE PE Santo Agostinho – SE Monte Verde, localizada no município de Lajes-RN, Cliente Simm Soluções.*
- *Implantação da Linha de Transmissão 500KV Aroeira – Ourolândia, localizada no município de Ourolândia-BA, Cliente Enel Green Power.*
- *Implantação da Linha de Transmissão 230KV Caetitê Fase II-Igaporã III, localizada no município de Caetitê-BA, Cliente Eólica Caetitê D.*
- *Implantação da Linha de Transmissão 500KV Serra do Seridó – Santa Luzia II, localizada entre os municípios de Junco do Seridó-PB e Santa Luzia-PB, Cliente Parque Eólico Serra do Seridó VI.*
- *Implantação da Linha de Transmissão 500KV Lagoa dos Ventos III – Queimada Nova II, localizada entre os municípios de Dom Inocêncio-PI, Lagoa do Barro/PI e Queimada Nova/PI, Cliente Enel Green Power.*

2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas estão apresentadas na Nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e corresponde àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 7.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Nota explicativa 13 – Equivalência patrimonial em investidas: determinar se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.*
- *Nota explicativa 23 – Receita líquida na prestação de serviços: determinar se a Companhia atua como agente na transação ou como principal.*

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Nota explicativa 9 – Contas a receber: critérios e montantes da provisão para redução ao valor recuperável;*
- *Nota explicativa 14 e 15 – Imobilizado e Intangível: estimativa de vida útil dos ativos;*
- *Nota explicativa 28 - Instrumentos financeiros: determinar o valor justo dos ativos financeiros e outros passivos financeiros.*

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requererem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- *Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.*
- *Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).*
- *Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).*

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir, em conformidade com o CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. As políticas contábeis de suas controladas estão alinhadas às políticas adotadas pela Companhia.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela movimentação do patrimônio líquido que tenha reflexo na perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a compensar e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente financeiro significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A Companhia e suas controladas mensuram o ativo financeiro ao custo amortizado quando:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia e suas controladas mensuram o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia faz uma avaliação do objeto do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em nível de portfólio, porque isso reflete a melhor forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- *As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxo de caixas através da venda dos ativos;*
- *Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos afetam o modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;*
- *A frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e expectativas sobre a atividade de vendas futuras.*

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais para apenas pagamentos de capital e juros
Para fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando método de taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou se expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação de saldos (“offsetting”)*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)*

A Companhia e suas controladas não fazem uso de derivativos nos exercícios de 2021 e 2020.

c. *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui:

- *O custo de materiais e mão de obra direta.*
- *Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.*
- *Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.*

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis estas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

d. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	05 anos
----------	---------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é tributada pelo lucro real por estimativa mensal, com balancetes de suspensão.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos próprios efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia e suas controladas.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda (ações) são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia e suas controladas de receber dividendos sendo registrados em “dividendos a receber”.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

g. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

i. Receita operacional

Percentage of completion (POC)

A receita de serviços prestados compreende o valor inicial acordado em contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

CPC 47– Receita de contrato com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 consolida várias normas que tratam da receita, de modo que sua forma de reconhecimento, antes previsto em diversos pronunciamentos (CPC 17, CPC 30, ICPC 02, ICPC 11), seja abordada em norma única.

De acordo com o CPC 47 a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento de transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Para que se possa reconhecer uma receita decorrente de um contrato com clientes, o pronunciamento estabelece um conjunto de cinco critérios objetivos a serem cumpridos conjunta e simultaneamente, são eles: (i) identificar o contrato com o cliente; (ii) identificar obrigações estabelecida no contrato; (iii) determinar o preço de transição; (iv) alocar o preço de transição; (v) reconhecer a receita no cumprimento da obrigação.

A Companhia utiliza o método *percentage of completion* (POC) para reconhecimento de receita em contratos de longo e curto prazo.

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contabilizam os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia e as controladas têm direito.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou de perda líquida.

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica “Receitas e despesas financeiras”.

k. Avaliação do valor recuperável de ativo

(i) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas adotam como procedimento revisar o saldo de ativos, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstância indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor

- *inadimplência ou atraso do devedor;*
- *quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;*
- *indicativos de que o devedor irá entrar em falência/recuperação judicial;*
- *mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores*

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas de recuperação, os valores são baixados. Quando é indicado uma redução da perda, a provisão é revestida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revisados a cada final de exercício para apurar se há indicações de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo será estimado.

Não foi identificado pela Companhia e suas controladas indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos.

I. Transações com partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação a uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida”.

São consideradas partes relacionadas as pessoas (físicas) ou entidades (pessoas jurídicas) que estão relacionadas com a Companhia e suas controladas.

- (i) Considera-se pessoa relacionada a Companhia e suas controladas, quando:
 - (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
 - (b) tiver influência significativa sobre a Companhia;
 - (c) for membro do pessoal com influência relevante da administração da Companhia ou de sua controladora, entendendo-se como pessoal com influência relevante da administração aqueles que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente (Pessoa com Influência Relevante).
- (ii) Considera-se uma entidade relacionada a Companhia, quando:
 - (a) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas), tiver influência significativa sobre a Companhia ou tiver controle conjunto sobre a Companhia;

- (b) for coligada da Companhia ou de uma terceira entidade que estiver sob o controle conjunto com a Companhia;
 - (c) for entidade controlada (individualmente ou sob controle conjunto);
 - (d) pertencer ao mesmo grupo econômico.
- (iii) Todas as transações entre partes relacionadas da Companhia e suas controladas com pessoas ou entidades, deverá ser formalizada em contrato, devendo constar os seguintes termos:
- (a) estar em condições de mercado;
 - (b) descrição das transações;
 - (c) impactos com juros, multas e impostos sobre as transações;
 - (d) devem ser aprovadas por todas as partes

m. Benefícios de empregados

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como custos e despesas com de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente de pagar o valor em função de serviços passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias subscritas e a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

o. Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os contratos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas, equipamentos e imóveis comercial ou não (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de

curto prazo, de prazo indeterminado e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia analisou todos os contratos firmados em 2021, e não identificou contratos de arrendamentos acima de 12 meses com valor considerável.

Abaixo segue quadro com os gastos com contratos de arrendamentos de curto prazo e baixo valor:

	<u>Controlada e consolidado</u>	
	2021	2020
Contratos de pequeno valor	10	17
Contratos de curto prazo	-	407

7 Novas normas e interpretações

A Companhia e suas controladas analisaram e identificaram os possíveis impactos, das novas normas ou alterações e interpretações que entraram em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2021.

7.1 Mudanças de políticas contábeis

a. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia avaliou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

7.2 Normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	11	-	13
Bancos	23	22	23	22
Certificados de depósitos bancários-CDB	14.563	5	14.563	5
Fundos de investimentos-FI	8.803	8.420	8.803	8.439
Total	23.389	8.458	23.389	8.479

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os investimentos em aplicações financeiras de curto prazo são efetuados por período que variam de um dia a três meses e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), estão indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esses depósitos são remunerados à taxa média de 100% do CDI para os anos de 2021 e 2020.

Os Fundos de Investimentos (FI), estão indexados pela variação do CDI, remunerados a taxa média de 92 a 100% nos anos de 2021 e 2020.

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e em Fundos de Investimentos podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, a intenção da administração é fazer uso desses recursos em um curto prazo.

A análise de risco de crédito e risco de mercado estão apresentadas na Nota explicativa nº 28.

9 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Duplicatas a receber - Notas faturadas	755	4.636	755	4.636
Contas a receber - POC	2.609	3.425	2.609	3.425
Retenção contratual (UTE GNA)	-	1.252	-	1.252
Total	3.364	9.313	3.364	9.313

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, se aplicável.

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não iram arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos de deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhantes.

As contas a receber - POC, refere-se a saldo a receber (ainda não faturado) calculado pelo método POC, das obras: U.F.V Ribeirão (R\$ 146), LT Santo Agostinho (R\$ 446), LT Complexo Eólico Aroeira (R\$ 193), LT Serra do Seridó (R\$ 1.432), LT Lagoa dos Ventos (R\$ 392), representando 75,5% do total do contas a receber.

As receitas são efetivamente faturadas de acordo com o boletim de medição e após aprovação do cliente.

A Companhia e suas controladas não possuem histórico ou perspectiva de perdas relacionadas às suas contas a receber. Por esse motivo, não foi constituída provisão para perdas esperadas do seu contas a receber.

b. Saldo de duplicatas a receber por vencimento

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Títulos a vencer	755	4.636
Vencidos em até 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 90 dias	-	-
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-
Vencidos há mais de 365 dias	-	-
Total	755	4.636

10 Dividendos a receber (Controladora e Consolidado)

Os referidos saldos correspondem aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro das investidas fixados pela Lei nº 6.404/76.

	2021	2020
Eólica Mangue Seco I	-	155
Total	-	155

Os dividendos a receber de 2021 e 2020 foram calculados conforme segue:

Eólica Mangue Seco I

	2021	2020
Lucro do exercício	-	1.276
Reserva legal	-	(64)
Base de cálculo para dividendos	-	1.213
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	303
Participação societária	-	51%
Dividendos a receber	-	155

11 Impostos a recuperar

O saldo da conta de impostos a recuperar nos anos de 2021 e 2020 está assim representado:

a. Imposto de renda e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ base negativa (a)	954	974	954	974
PIS/COFINS/CSLL	265	454	265	454
Total	1.219	1.428	1.219	1.428

(a) Em 2021 na apuração do lucro real por estimativa mensal a Companhia gerou base negativa para IRPJ e CSLL. Isso se deu pelo fato da variação de lucros e prejuízos mensais que ocorreram durante o exercício e pelo fato de na apuração final do lucro fiscal a Companhia ter recolhido além do que devido. Os valores serão compensados com obrigações tributárias da mesma espécie ou restituídos ao caixa.

b. Demais impostos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF a recuperar	-	-	-	3
ISS a recuperar	29	29	29	29
INSS a recuperar (a)	272	733	272	733
Total	301	762	301	765

(a) Os valores decorrem de impostos retidos por serviços prestados ou sobre rendimentos de aplicações financeiras, serão compensados com as obrigações tributárias da mesma espécie ou restituídos ao caixa da Companhia

12 Transações com partes relacionadas

a. Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.

	2021	2020
Dividendos propostos	-	314
Dividendos especiais	-	1.500
Total	-	1.814

Em 31 de dezembro de 2021 não houve provisão dos dividendos mínimos propostos, pois a Companhia efetuou pagamento aos acionistas em junho de 2021 no valor de R\$ 15.095 a título de antecipação.

b. Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os diretores. A remuneração dos honorários da diretoria por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2021	2020
Controladora		
Alubar Energia S.A.	704	704

As investidas não apresentaram remuneração para o pessoal-chave da Administração.

13 Investimentos

Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

Movimentação dos investimentos em 2021 e 2020

	Saldo 01/01/2021	Equiv. Patrimonial	Aporte de capital	Redução capital investido	Dividendo distribuídos	Baixa invest.	Saldo 31/12/2021
Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. (a)	18	(5)	-	-	(13)	-	-
Eólica Mangue Seco I – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (b)	11.226	(148)	-	-	-	(11.078)	-
	11.244	(153)	-	-	(13)	(11.078)	-

	Saldo 01/01/2020	Equiv. Patrimonial	Aporte de capital	Redução capital investido	Dividendo distribuídos	Baixa invest.	Saldo 31/12/2020
Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. Eólica Mangue Seco I – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	23	(5)	-	-	-	-	18
	11.099	652	-	-	(525)	-	11.226
	11.122	647	-	-	(525)	-	11.244

- (a) A controlada Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. entrou em processo de liquidação em 27 de agosto de 2021 e teve sua extinção e baixa concluída nos órgãos competentes em 9 de novembro de 2021.
- (b) Em fevereiro de 2021 a Companhia celebrou um contrato para vender sua participação de 51% que detinha na Eólica Mangue Seco I – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A, pelo valor total de R\$ 45.772. Em abril de 2021, as condições procedentes do contrato foram concluídas e a Companhia recebeu o montante total acordado no fechamento da transação.

Em função dessa transação a Companhia reconheceu um ganho de capital no valor de R\$ 34.539, conforme demonstrado logo abaixo.

Valor do investimento em 01/01/21	11.226
Eq. patrimonial 2021	(148)
Reversão dividendos propostos	155
Saldo contábil na data da venda	11.233
Valor da venda	45.772
Ganho de capital	34.539

Parte do valor recebido na transação foi destinado aos acionistas como distribuição e antecipação de lucros, e o saldo remanescente utilizado nos fluxos de caixa das atividades da Companhia.

Informações contábeis das Investidas e Controladas

Devido ao encerramento da participação societária na investida Eólica Mangue Seco 1 e a extinção da controlada Alubar Embuaca, os saldos apresentados nas demonstrações contábeis a seguir do exercício 2021 são referentes ao último mês em que a Companhia detinha as participações.

Balanço Patrimonial Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

	2021	2020
Total do ativo circulante	18.412	17.481
Total do ativo não circulante	77.943	80.257
Total do ativo	<u>96.355</u>	<u>97.738</u>
Total do passivo circulante	13.204	13.255
Total do passivo não circulante	61.429	62.470
Total do patrimônio líquido	<u>21.722</u>	<u>22.013</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>96.355</u>	<u>97.738</u>

Demonstração do resultado Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A

	2021	2020
Receita operacional líquida	4.059	17.678
Custo com a venda de energia	<u>(2.799)</u>	<u>(10.572)</u>
Lucro Bruto	1.260	7.106
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(356)	(1.537)
Outras receitas operacionais, líquidas	128	853
	<u>(228)</u>	<u>(684)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	1.032	6.422
Receitas financeiras	-	737
Despesas financeiras	<u>(1.177)</u>	<u>(5.108)</u>
	<u>(1.177)</u>	<u>(4.371)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(145)	2.051
Despesa com imposto de renda e contribuição social Corrente	<u>(145)</u>	<u>(775)</u>
Lucro/prejuízo líquido do exercício	<u>(290)</u>	<u>1.276</u>

Balanço Patrimonial Alubar Embuaca S.A

	2021	2020
Total do ativo circulante	-	24
Total do ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo	-	24
Total do passivo circulante	7	-
Total do passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	-	2.827
Prejuízos acumulados	<u>-</u>	<u>(2.803)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>24</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>7</u></u>	<u><u>24</u></u>

Demonstração do resultado Alubar Embuaca S.A

	2021	2020
Receita operacional líquida	-	-
Custo com a venda	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro Bruto	-	-
Despesas operacionais		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(7)	(5)
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7)	(6)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício	<u><u>(7)</u></u>	<u><u>(6)</u></u>

14 Imobilizado

Movimentação dos saldos:

	Taxas de depreciação	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Saldo em 2021
Custo contábil					
Móveis e utensílios	10%	76	2	(7)	71
Máquinas e equipamentos	10%	1.410	125	-	1.535
Computadores e periféricos	20%	207	152	-	359
Total do ativo		1.693	279	(7)	1.965
Total da depreciação acumulada		(744)	(162)	-	(906)
Total líquido		949	117	(7)	1.059
	Taxas de depreciação	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Custo contábil					
Móveis e utensílios	10%	76	-	-	76
Máquinas e equipamentos	10%	1.410	-	-	1.410
Computadores e periféricos	20%	202	5	-	207
Total do ativo		1.688	5	-	1.693
Total da depreciação acumulada		(583)	(161)	-	(744)
Total líquido		1.105	(156)	-	949

A Companhia não identificou indicativos para reconhecimento de perda por impairment dos ativos imobilizados.

15 Intangível

Movimentação dos saldos

	Taxas de amortização	Saldo em 2020	Adições	Saldo em 2021
Custo contábil				
Software	20%	211	-	211
Total do ativo		211	-	211
Total da amortização acumulada		(129)	(43)	(172)
Total líquido		82	(43)	39

	Taxas de amortização	Saldo em 2019	Adições	Saldo em 2020
Custo contábil				
Software	20%	<u>211</u>	-	<u>211</u>
Total do ativo		<u>211</u>	-	<u>211</u>
Total da amortização acumulada		<u>(87)</u>	<u>(42)</u>	<u>(129)</u>
Total líquido		<u>124</u>	<u>(42)</u>	<u>82</u>

A Companhia não identificou indicativos para reconhecimento de perda por impairment dos ativos intangíveis.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores (a)	<u>1.633</u>	<u>288</u>	<u>1.633</u>	<u>288</u>
Total	<u>1.633</u>	<u>288</u>	<u>1.633</u>	<u>288</u>

- (a) O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo, prestadores de serviços e locações para utilização nas execuções de obras. Em comparação com o ano de 2020, o saldo contábil de fornecedores a pagar teve um aumento de R\$ 1.345, o principal motivo desse aumento, é o grande fluxo de contratações de fornecedores devido ao aumento de quantidades de obras em execução. As liquidações dos fornecedores têm o prazo médio de 30 dias.

17 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

	Encargos financeiros	2021	2020
Instituições financeiras			
Banco do Nordeste (a)	TX efetiva 0,17% a.m.	210	357
Circulante		148	116
Não circulante		62	241

- (a) Em 2018 a Companhia adquiriu empréstimo junto ao banco do Nordeste para investimentos em maquinários no valor de R\$ 520, sua liquidação se dará em 54 parcelas, já liquidadas 37 parcelas, ficando o saldo remanescente para os exercícios seguintes, com garantia junto ao banco do Nordeste em Máquinas e Equipamentos.

Em abril de 2020 a Companhia negociou com a instituição financeira a suspensão das parcelas vincendas dos meses de maio a dezembro, os valores suspensos foram diluídos nas parcelas remanescentes.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras não possuem cláusulas de restrições.

(i) Cronograma de desembolsos dos empréstimos bancários (não-circulante)

Parcelas	Banco do Nordeste
2022	148
2023	62
Total	210

(ii) Fiança

A Companhia possui contrato de fiança junto ao banco PINE no valor de R\$ R\$ 2.031 e banco Daycoval no valor de R\$ 3.427 com o objeto de cobertura do contrato de Engenharia, Fornecimento e Construção Civil de Linhas de Transmissão e Subestações.

18 Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias

Os impostos e as contribuições estão demonstrados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ISS a recolher	141	69	141	69
COFINS a recolher	3	22	3	22
PIS a recolher	1	5	1	5
INSS terceiros	21	66	21	66
Provisão de férias e encargos	764	559	764	559
Salários a pagar	125	147	125	147
Encargos s/folha	387	135	387	135
Outros impostos e contribuições	274	197	274	197
Total	1.716	1.200	1.716	1.200

19 Parcelamentos tributários (Controladora e Consolidado)

	2021	2020
PERT (a)	1.596	1.797
Parcelamento ordinário (b)	159	432
Parcelamento simplificado (c)	4.275	-
Total	6.030	2.229
Circulante	1.329	474
Não circulante	4.701	1.755

- (a) Em 2017 a Companhia optou pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com base na MP 783 e IN 1752, fazendo uso opção de 5% de entrada e o saldo será liquidado em 145 vezes, já liquidadas 48 parcelas, restando 97 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.
- (b) A Companhia aderiu ainda ao Parcelamento ordinário para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) referente ao 2º trimestre de 2017, (processo ordinário e simplificado) com prazo de liquidação entre 60 parcelas, já liquidadas 53 parcelas, restando 7 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.
- (c) A Companhia aderiu ainda ao Parcelamento simplificado para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) referente a apuração de abril de 2021, com prazo de liquidação entre 60 parcelas, já liquidadas 7 parcelas, restando 53 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.

Cronograma de quitação dos parcelamentos tributários (não-circulante):

Ano	Parcelamentos
2023	1.170
2024	1.170
2025	1.170
2026	605
2027	202
2028	202
2029	182
Total	4.701

20 Imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2021	2020
IRPJ a recolher	1.321	84
CSLL a recolher	-	59
Total	<u>1.321</u>	<u>143</u>

A Companhia é optante pelo Lucro Real por estimativa mensal com percentual de imposto 15% IRPJ e 10% adicional para o IRPJ e 9% CSLL.

Reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social - Consolidado

	<u>2021</u>		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	26.246	26.246	-
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(6.562)	(2.362)	8.924
Adições temporárias	3.596	3.596	
Exclusões temporárias	(3.242)	(3.242)	
Lucro real	<u>26.600</u>	<u>26.600</u>	
Compensação 30% prejuízo fiscal ano anterior	(523)	(523)	
Base de Cálculo	<u>26.077</u>	<u>26.077</u>	
IRPJ 15%	3.912	-	3.912
CSLL 9%	-	2.347	2.347
Adicional IRPJ de 10%	2.584	-	2.584
Dedução PAT	(151)	-	(151)
Despesas provisionadas de IRPJ e CSLL	<u>6.345</u>	<u>2.347</u>	<u>8.692</u>
Alíquota efetivas	<u>24,18%</u>	<u>8,94%</u>	<u>33,12%</u>

	2020		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	1.532	1.532	-
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(383)	(138)	(521)
Adições	4.908	4.908	
Exclusões	(5.447)	(5.447)	
Lucro real	993	993	-
Compensação 30% prejuízo fiscal ano anterior	(298)	(298)	-
Base de Cálculo	695	695	-
IRPJ 15%	104	-	104
CSLL 9%	-	62	62
Adicional IRPJ de 10%	46	-	46
Dedução PAT	(4)	-	(4)
Despesas provisionadas de IRPJ e CSLL	146	62	208
Alíquota efetivas	9,53%	4,05%	13,58%

No exercício de 2021, a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social pelo regime do Lucro Real estimativa mensal, calculando à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A Companhia compensou todo o saldo de prejuízos fiscais de anos anteriores em 2021. Saldo de prejuízos fiscais em 2020 R\$ 523.

21 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	12.168	348	12.168	348
Total	12.168	348	12.168	348

A Companhia recebeu em 2021 do cliente Parque Eólico Serra do Seridó, a título de adiantamento contratual uma parcela no montante de R\$ 8.439 para mobilização dos trabalhos de execução de obra, o valor será compensado na medida em que os serviços forem sendo executados.

22 Patrimônio líquido

Capital social

Dividido em ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Sócios	Participação (2021 e 2020)			Capital integralizado
	%	Ações	Valor	
Aluminum Investment S.A.	99,00	9.900.000	9.900	6.952
José Maria Barale	0,34	34.000	34	1
Miguel Francisco Araujo	0,33	33.000	33	1
Mariano Gaston Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Maria Fernanda Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Total	100	10.000.000	10.000	6.954

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto Social da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Reserva de lucros

	2021	2020
Reserva legal	1.391	1.151
Reserva de lucros	2.220	18.332
Total	3.611	19.483

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

Os lucros retidos serão objeto de definição em reunião de Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Administração, cuja provável destinação será a distribuição, dentro do permitido em Lei, e a incorporação ao capital ou investimento.

Foram aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleias Geral, a utilização da reserva de lucros para distribuição de dividendos no montante de R\$ 18.332, (R\$ 5.451 em 2020) e R\$ 15.095 a título de antecipação de lucros.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	17.555	1.324
Constituição da reserva legal	(240)	(67)
Base para distribuição de dividendos	17.315	1.257
Dividendos a distribuir 25%	4.329	314

Em razão da antecipação de lucros realizada em 2021 no montante de R\$ 15.095, a Companhia não reconheceu a provisão dos dividendos mínimos propostos de 25% conforme estabelecido no estatuto social, pois o valor antecipado foi superior aos dividendos mínimos previstos.

23 Receita líquida de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, é proveniente de contratos de execução de projetos, mediante contratação de produtos e serviços, apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviços	20.818	39.968
Deduções		
ISS sobre faturamento	(1.025)	(1.197)
PIS sobre faturamento	(9)	(29)
COFINS sobre faturamento	(39)	(137)
Total de deduções	<u>1.073</u>	<u>(1.363)</u>
Total de receita contábil	<u>19.745</u>	<u>38.605</u>

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e é reconhecida ao longo do tempo com base no método percentual de conclusão do projeto. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos são reconhecidos no passivo e compensados na medida em que a receita é faturada.

Devido aos impactos na economia gerados a partir da COVID-19 desde o início da pandemia, os órgãos relacionados a liberações ambientais, arqueológicas e fundiárias, atrasaram a emissão de licenças, causando aos clientes a necessidade de postergar a autorização para que a Companhia pudesse mobilizar e dar início as construções dos projetos contratados, conseqüentemente o reconhecimento de receita prevista destes projetos no exercício 2021 foi afetado.

24 Custo de serviços prestados

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2021	2020
Materiais (b)	(2.656)	(1.423)
Serviços de terceiros (a)	(6.840)	(25.565)
Pessoal (b)	(5.343)	(3.144)
Outros custos (b)	(2.161)	(717)
Total	<u>17.000</u>	<u>30.849</u>

- (a) A redução dos custos na rubrica “serviços de terceiros” comparado à 2020, se dá pelo fato dos novos contratos com clientes para a construção dos projetos começarem a performar e a contratação de empresas subcontratadas acontecer a partir do terceiro trimestre de 2021.
- (b) O aumento dos custos, em comparação a 2020, se deu por conta da contratação de mão de obra própria para execução das obras e compras de matérias para construção e mobilização dos canteiros de obras.

25 Despesas de vendas

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Serviços de terceiros	(22)	(41)
Materiais	(1)	(22)
Viagens e hospedagens	(23)	(25)
Pessoal	(945)	(730)
Depreciação e amortização	(125)	(126)
Outras	(15)	(13)
Total	(1.131)	(957)

26 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros (b)	(4.662)	(2.109)	(4.662)	(2.113)
Materiais	(122)	(42)	(122)	(42)
Viagens e hospedagens	(280)	(157)	(280)	(157)
Mobilidade	(9)	(11)	(9)	(11)
Pessoal (a)	(3.776)	(3.209)	(3.776)	(3.209)
Aluguel e condomínio	(195)	(199)	(195)	(199)
Depreciação e amortização	(81)	(58)	(81)	(58)
Outras	(273)	(298)	(273)	(298)
Total	(9.398)	(6.083)	(9.398)	(6.087)

- (a) Em comparação com o ano de 2020, os gastos com pessoal tiveram aumento de R\$ 567, essa diferença se deu por conta da transferência do pessoal alocados em obras para área administrativa de engenharia.
- (b) Em comparação com o ano de 2020, os gastos com terceiros tiveram aumento de R\$ 2.553, essa diferença se deu por conta de contratações de empresas especializadas para análise da alienação da investida Eólica Mangue Seco I.

27 Receitas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros ativos	221	88	221	88
Descontos auferidos	1	-	1	-
Receitas de aplicações financeiras	722	242	722	242
Total das receitas financeiras	944	330		330
Desconto concedido	(17)	-	(17)	-
Juros passivos	(194)	(85)	(194)	(85)
Juros sobre empréstimos	(39)	(10)	(39)	(10)
Despesas bancárias	(198)	(71)	(198)	(72)
Total das despesas financeiras	(448)	(166)	(448)	(167)
Receitas financeiras, líquidas	496	164	496	163

28 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Composição dos saldos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados a seguir:

Controladora			2021		2020	
Descrição	Classificação	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	Custo amortizado		23	23	33	33
Aplicações financeiras	Custo amortizado		23.366	23.366	8.425	8.425
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		4.606	4.606	9.313	9.313
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		(1.633)	(1.633)	(288)	(288)
Empréstimos e financiamentos bancários	Custo amortizado	2	(210)	(211)	(357)	(359)

Consolidado			2021		2020	
Descrição	Classificação	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	Custo amortizado		23	23	36	36
Aplicações financeiras	Custo amortizado		23.366	23.366	8.444	8.444
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		4.606	4.606	9.313	9.313
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		(1.633)	(1.633)	(288)	(288)
Empréstimos e financiamentos bancários	Custo amortizado	2	(210)	(211)	(357)	(359)

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, de taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração, que atua ativamente na sua gestão operacional.

A Companhia e suas controladas possuem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- *Risco de mercado.*
- *Risco de crédito.*
- *Risco de liquidez.*

Esta nota apresenta informações sobre a exposição para esses riscos, os seus objetivos, as suas políticas e os seus processos de mensuração e gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da Companhia e suas controladas referente à estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas, através de treinamento e procedimentos de gestão, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de taxas de juros

É o risco que a Companhia se expõe em incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Para diminuir sua exposição a esse risco, a Companhia e suas controladas buscam aplicar em Certificados de Depósito Bancários (CDB) pós-fixados atrelados ao CDI e em Fundos de Investimentos com taxas pré-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam certa exposição ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras, são:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	23.366	8.425	23.366	8.444
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	210	357	210	357

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas buscam aplicar em fundos de investimentos com taxas pré-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação considerada.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV (25%)	Cenário V (50%)
Ativos financeiros							
Aplicações Financeiras	CDI	23.366	26.088	26.768	27.450	25.408	24.728
Impacto no resultado		-	2.722	3.402	4.084	2.042	1.362

Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(210)	(224)	(227)	(231)	(220)	(217)
Impacto no resultado		-	(14)	(17)	(21)	(10)	(7)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	+25%	+50%	(25%)	(50%)
CDI	11,65	14,56	17,48	8,74	5,83
IPCA	6,59	8,24	9,89	4,94	3,30

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela área financeira da Companhia, decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposição de crédito a clientes, incluindo o contas a receber de clientes em aberto.

A Companhia possui saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 23.389 mil em 31 de dezembro de 2021 (2020: R\$ 8.458 mil). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem o rating de crédito externo AAA. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos.

A gestão de risco de crédito da Companhia e de suas controladas é feita por meio da execução de cronograma físico-financeiro, em que as entradas de recursos advindas dos clientes sejam compatíveis com o cronograma de prestação de serviços, de forma que o fluxo de caixa relacionado a cada período seja superavitário, e com constante acompanhamento dos recebimentos e do processo de produção de toda a carteira de clientes em aberto.

De forma geral, a gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia e de suas controladas. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados.

O contas a receber de clientes têm risco de crédito considerado baixo considerando as características dos clientes da Companhia.

Quadro de operações do contas a receber expostas a risco de crédito:

Alubar Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

	2021	
	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	586	-
Perfurações U.F.V Sol do Sertão-Seta Eng	367	-
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	1.432	-
Eólica Caetitê – LT Caetitê Fase II_Igaporã III	1.242	-
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	446	-
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	193	-
Grid Solutions - LT 500 Kv - UTE Sergipe	194	-
U.F.V Ribeirão – Aruanã Energia	146	-
	4.606	-

Vencidos e a vencer sem problema de recuperação

A vencer	4.606
Vencido de 1 a 30 dias	-
Vencido de 31 a 90 dias	-
Vencido de 91 a 120 dias	-
Total de contas a receber sem problema de recuperação	4.606

	2020	
	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação
Grid Solutions - LT 500 Kv - UTE Sergipe	1.061	-
Lt 345 Kv Porto Acu/Campos GNA Prumo	4.534	-
LT 230 KV Serrote -SE Pecém Quadran	3.343	-
U.F.V Ribeirão	181	-
Perfurações U.F.V Delmiro Golveia-Araxá	116	-
Perfurações U.F.V Paulistana	78	-
	9.313	-

Vencidos e a vencer sem problema de recuperação

A vencer	9.313
Vencido de 1 a 30 dias	-
Vencido de 31 a 90 dias	-
Vencido de 91 a 120 dias	-
Total de contas a receber sem problema de recuperação	9.313

31 de dezembro de 2021	Equivalente ao rating de crédito externo	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	com problemas de recuperação
Níveis 1-6: risco baixo		0%	4.606	-	Não
Níveis 7-9 risco razoavel		10%	-	-	Não
Nível 11: duvidoso		50%	-	-	Não
nível 12: perda		100%	-	-	Não
			4.606	-	-

31 de dezembro de 2020	Equivalente ao rating de crédito externo	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	com problemas de recuperação
Níveis 1-6: risco baixo	-	0%	9.313	-	Não
Níveis 7-9 risco razoavel	-	10%	-	-	Não
Nível 11: duvidoso	-	50%	-	-	Não
nível 12: perda	-	100%	-	-	Não
			9.313	-	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia e de suas controladas no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo que cumpra suas obrigações nos prazos acordados.

Os contratos de empréstimo são fixados em contrato com parcela fixa, em 2021 a Companhia ficou com saldo de empréstimos em principal R\$ 210, (2020 R\$ 357).

Visando à mitigação desse risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas, de forma que quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

29 Cobertura de seguros

Os seguros contratados pela Companhia possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, riscos operacionais, risco de engenharia, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada abaixo:

	<u>Controlada e consolidado</u>	
	2021	2020
Danos materiais	1.443	1.443
Responsabilidade civil diretoria e administradores	30.000	30.000
Riscos operacionais	162.689	73.327
Seguros garantias	44.312	-
Responsabilidade civil geral de obras	35.000	-

30 Compromissos

A Companhia celebrou contratos com clientes para execução dos seguintes projetos:

Contrato de subempreitada para execução de serviços de elaboração do projeto básico, projeto executivo, execução das obras civis, eletromecânicas e comissionamento para implantação da Linha de Transmissão 500KV SE PE Santo Agostinho – SE Monte Verde, cliente Simm Soluções Integrals. Contrato assinado em abril de 2021 com previsão de conclusão para os próximos 16 meses.

Contrato de empreitada global a preço global para fornecimento de projetos, obras civis, montagem eletromecânicas, fornecimentos de materiais e comissionamento para implantação da Linha de Transmissão 500KV Aroeira – Ouroândia, cliente Enel Green Power. Contrato assinado em dezembro de 2021 com previsão de conclusão para os próximos 12 meses

Contrato de empreitada global para fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de instalação integrada e obras elétricas da Linha de transmissão 230KV Caetité Fase II – Igaporã III, cliente Eólica Caetité D. Contrato assinado em março de 2021 com previsão de conclusão para os próximos 17 meses.

Contrato de empreitada a preço global para implantação da Linha de Transmissão 500KV Serra do Seridó – Santa Luzia II, cliente Parque Eólico Serra do Seridó VI. Contrato assinado em junho 2021 com previsão de conclusão para os próximos 15 meses.

Contrato de empreitada parcial a preço global para fornecimento das obras civis, montagem eletromecânicas, fornecimentos de materiais miscelâneos e comissionamento para implantação da Linha de Transmissão 500KV Lagoa dos Ventos III – Queimada Nova II, cliente Enel Green Power. Contrato assinado em julho de 2021 com previsão de conclusão para os próximos 12 meses.

Os contratos acima pactuados têm receitas previstas a favor da Companhia no montante de R\$ 114.606 (R\$ 18.339, já reconhecida em 2021) e custos previstos para execução dos contratos no montante de R\$ 93.594 (R\$ 15.044 já incorridos em 2021).

31 Eventos Subsequentes

Assinatura de contratos com clientes

Em 08 de fevereiro de 2022 a Companhia firmou contrato junto a Serra do Mato III Energia Solar SPE S/A e Serra do Mato Solar IV SPE S/A (clientes), para implantação da Usina Fotovoltaica Serra do Mato, localizada no Ceará, no valor contratual de R\$ 92.500.000 (noventa e dois milhões e quinhentos mil reais).

* * *

Diretoria

José Maria Barale
Presidente do Conselho Administrativo

Afonso Carlos Brum Aguilar
Diretor-executivo

Responsável Técnico

Otávio Jorge Carvalho Ribeiro
Diretor-financeiro
Contador nº 8435/O CRC/PA
CPF nº 085.773.312-53